



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região

Concurso para Estagiário 2007-2 - 19/maio

Caro(a) candidato(a):

Instruções:

- Cada questão objetiva valerá 1,5 (um e meio) ponto e a dissertação 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 70 (setenta) pontos;
- A prova oral valerá 30 pontos;
- Só farão a prova oral os candidatos que obtiverem, em número inteiro, mais de 50% em cada parte da prova escrita, ou seja, 23 (vinte e três) pontos na objetiva e 13 (treze) pontos na subjetiva;
- O resultado da 1ª prova será divulgado no dia 07/03/2007;
- Consideram-se aprovados os candidatos que obtiverem mais de 50% das provas escrita e oral, ou seja, 51 (cinquenta e um) pontos, sendo 36 (trinta e seis) na prova escrita e 15 (quinze) na oral;
- O resultado final será divulgado no dia 16/03/2006.

Orientações:

- As respostas deverão ser formuladas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis simplesmente serão desconsideradas;
- Não será permitida qualquer consulta à legislação, doutrina e jurisprudência;
- Não borre as folhas de respostas;
- Desligue o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico;
- Observe o que se pede e responda. Na questão dissertativa, serão considerados os aspectos gramaticais, ortográficos e domínio da língua portuguesa, além do natural fundamento jurídico. A intelecção da questão faz parte do próprio certame;
- Duração da prova: 04 horas.

Direito Constitucional

01. A propósito dos direitos e garantias fundamentais, é **correto** afirmar:

- a) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de crime hediondo ou desastre, ou para prestar socorro, ou, independentemente da hora do dia, por determinação judicial;
- d) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, ressalvados os casos de licença.

02. Quanto ao devido processo legal, está **falsa** a afirmativa:

- a) faz parte das chamadas "garantias" fundamentais;
- b) é cláusula comum a todo tipo de processo, aí incluídos o Civil, o Penal, o Trabalhista, o Judicial e o administrativo, além de outras espécies;
- c) é cláusula genérica, que engloba, entre outros primados, o da prova legítima, do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural;
- d) é cláusula só aplicável aos processos públicos, e não aos processos privados.

03. Sobre a Administração Pública, a Constituição Federal **assegura**:

- a) são princípios que regem a administração pública, expressamente consagrados na Constituição, a eficiência, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a proporcionalidade;
- b) o direito de greve é assegurado aos servidores públicos, civis e militares;
- c) o direito de greve, no serviço público, depende de lei complementar, a qual ainda não foi elaborada;
- d) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em

comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

04. Assinale a alternativa **verdadeira**, sobre o Ministério Público (MP):

- a) o MP tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência pessoal;
- b) o MP tem como função institucional, entre outras, promover, privativamente, a ação penal pública e a ação civil pública, na forma da lei;
- c) o MP tem como função institucional, entre outras, expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- d) o ingresso na carreira do Ministério Público do Trabalho far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da OAB em sua realização, exigindo-se do bacharel em Direito, no mínimo, três anos de atividade judicial e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

05. Lei Complementar, de iniciativa do STF, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios, dentre outros:

- a) o juiz residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;
- b) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão, salvo motivo de força maior, devidamente justificado por meio de correição perante o tribunal a que estiver vinculado;
- c) o acesso aos tribunais de 2º grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternativamente, apurada na última ou única entrância;
- d) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais, inclusive Superiores, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.

Direito do Trabalho

06. A noção de irrenunciabilidade no Direito do Trabalho se expressa de forma mais completa no enunciado:

- a) a não possibilidade de privar-se voluntariamente, em caráter amplo e por antecipação, dos direitos concedidos pela legislação trabalhista;
- b) a impossibilidade jurídica de privar-se voluntariamente de uma ou mais vantagens concedidas pelo direito trabalhista em benefício próprio;

- c) a não possibilidade de privar-se voluntariamente, em caráter amplo e no decorrer do contrato, dos direitos concedidos pela legislação trabalhista;
 - d) a impossibilidade jurídica de privar-se voluntariamente de uma ou mais vantagens concedidas pelo direito trabalhista em benefício do empregador ou de terceiros.
07. O verdadeiro alcance do princípio da continuidade no Direito do Trabalho **implica em**:
- a) razoabilidade;
 - b) preferência do contrato por prazo indeterminado e na manutenção do contrato nos casos de substituição do empregador;
 - c) percepção de salário em caso de falência ou recuperação judicial;
 - d) preferência pelos contratos a prazo determinado por razões de ordem econômica.
08. **Não é** um caracter central do salário:
- a) a natureza alimentar;
 - b) a indisponibilidade;
 - c) a periodicidade;
 - d) a tendência à determinação autônoma.
09. É **excludente** do salário-utilidade:
- a) o equipamento de proteção individual;
 - b) a habitação pelo trabalho;
 - c) o vestuário pelo trabalho;
 - d) viagem de férias ao exterior pelo trabalho.
10. De acordo com a jurisprudência **não goza** de estabilidade:
- a) a gestante;
 - b) o portador do vírus HIV;
 - c) o trabalhador acidentado, na forma do artigo 118 da Lei 8.213/91;
 - d) o membro da CIPA indicado pelo empregador.

criado por lei para provimento exclusivamente em caráter efetivo;

- d) o administrador público pode, discricionariamente, determinar os casos de prestação de serviços gratuitos.

12. É requisito básico para investidura em cargo público:
- a) a nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que comprovada aptidão física e mental;
 - b) o gozo dos direitos políticos;
 - c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais, estas a partir dos 16 anos;
 - d) nível de escolaridade fundamental, salvo se grau superior for exigido para o exercício do cargo, comprovada aptidão física e mental.

13. Assinale a alternativa **correta**:

- a) os princípios constitucionais da Administração Pública revelam as diretrizes fundamentais da Administração, podendo ser validada conduta administrativa em contrariedade a tais princípios, desde que justificado, pelo administrador, o interesse público;
- b) o princípio da moralidade impõe ao administrador público a observância de preceitos éticos, que devem sempre estar presentes em sua conduta;
- c) o princípio da legalidade não implica, necessariamente, a subordinação completa do administrador à lei, uma vez que há situações em que o mesmo atua de forma discricionária;
- d) a observância do princípio da impessoalidade pela administração, possibilita aos administrados, aquilatar a legalidade ou não dos atos administrativos e aferir o grau de sua eficiência.

14. Com relação ao poder de polícia administrativa, é **correto** afirmar:

- a) tem como atributos específicos a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade;
- b) a administração, no uso do poder de polícia, pode impor restrições ao direito de propriedade, anulando tal direito em situações extremas;
- c) o agente público não pode, fundado no seu poder de polícia, adentrar imóvel desocupado para combater focos de mosquito da dengue, uma vez que estaria contrariando o princípio maior da inviolabilidade de domicílio;
- d) reiteradas decisões de tribunais superiores restaram por pacificar o entendimento de que não pode a Administração Pública, ao argumento do exercício do poder de polícia, cobrar taxas dos administrados.

15. Temos como **incorreto** que:

- a) a Administração Direta é própria das pessoas políticas da federação, considerada em

Direito Administrativo

11. É **correto** afirmar, de acordo com as disposições da Lei 8.112/90, que:
- a) esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, exceto as em regime especial, e das fundações públicas federais;
 - b) servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;
 - c) cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor, sendo acessível a todos os brasileiros,

- conformidade com os níveis componentes da nossa forma de Estado;
- b) fazem parte da Administração Direta, na esfera federal: a Presidência da República e os Ministérios;
 - c) a Administração Direta nos Estados é composta, dentre outros órgãos, pela Governadoria do Estado e Secretarias Estaduais;
 - d) nos municípios que adotam o sistema de Administração Pública descentralizada, a Administração Direta é composta pela Prefeitura, restando os demais órgãos pertencentes à Administração Indireta.

Direito Civil

16. Na aplicação da lei o juiz:
- a) atenderá às exigências econômicas e sociais;
 - b) atenderá as exigências de ordem pública;
 - c) atenderá somente ao fim legal;
 - d) atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum.
17. No sítio do TST colhe-se a seguinte notícia: 'A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu sentença que condenou a Gessy Lever Ltda. a pagar indenização de R\$ 31 mil por dano moral a ex-empregada que adquiriu LER (lesão por esforços repetidos), seguida de trombose, aposentando-se por invalidez. O relator do recurso no TST, ministro Renato de Lacerda Paiva, afirmou que foi provada a doença profissional e, por consequência, o nexo de causalidade (doença X trabalho), tendo em vista que ela executava, em algumas funções, único padrão de movimentos, eventualmente em ritmo acelerado, e em algumas tarefas era exigido o uso da força muscular nas mãos'. Sobre o dano moral é **correto** afirmar:
- a) só obriga à satisfação de perdas e danos;
 - b) somente a CF/88 dispõe sobre o dano moral;
 - c) a CF/88 e o Artigo 186 do Código Civil são aplicáveis à espécie;
 - d) o dano moral sempre gera um benefício de natureza previdenciária.
18. Assinale a resposta **certa**:
- a) a exceção não prescreve no mesmo prazo da pretensão;
 - b) os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes;
 - c) a prescrição iniciada contra uma pessoa não corre contra o seu sucessor;
 - d) o Ministério Público pode alegar a prescrição.
19. Sobre a decadência é **correto** dizer:

- a) é nula a renúncia à decadência fixada em lei;
 - b) a decadência não pode ser conhecida de ofício;
 - c) aplicam-se a decadência as normas que impedem a prescrição;
 - d) a decadência convencional só pode ser alegada em primeiro grau.
20. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites:
- a) legais do contrato;
 - b) da função social do contrato;
 - c) do convencionado pelas partes;
 - d) da função econômica do contrato.

Direito Processual Civil

21. Acerca do Ministério Público é correto afirmar:
- a) intervindo como fiscal da lei o Ministério Público terá vista dos autos, antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;
 - b) intervindo como fiscal da lei o Ministério Público poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência, determinando, para evitar o perecimento do direito, as medidas ou diligências urgentes, necessárias ao descobrimento da verdade;
 - c) quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo;
 - d) o órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com culpa, dolo ou fraude.
22. Acerca da competência, dispõe o Código de Processo Civil que:
- a) a competência funcional dos juízes de primeiro grau é disciplinada nas normas de organização judiciária;
 - b) compete ao juiz de direito processar e julgar, com exclusividade, o processo de insolvência e as ações concernentes ao estado e à capacidade das pessoas;
 - c) a competência dos tribunais é regida pela Constituição Federal e as disposições contidas no CPC;
 - d) tendo mais de um domicílio, o réu será demandado, via de regra, no foro de domicílio do autor.
23. Não compete ao juiz, de acordo com as disposições do CPC:
- a) assegurar às partes igualdade de tratamento;
 - b) velar pela rápida solução do litígio;

- c) prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça;
- d) determinar, a qualquer tempo, a conciliação das partes.
24. Está correto acerca dos atos processuais:
- a) os tribunais, no âmbito da respectiva jurisdição, poderão disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil;
- b) os atos e termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei disciplinar de modo diverso;
- c) os atos processuais são públicos, salvo nos processos em que a parte interessada requerer sua tramitação em segredo de justiça;
- d) em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo, podendo o juiz mandar riscar do processo as expressões escritas em língua estrangeira, só se admitindo a juntada aos autos de documento redigido em língua estrangeira quando devidamente traduzido.
25. Assinale a alternativa incorreta:
- a) o processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial;
- b) considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara;
- c) feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei;
- d) o CPC não autoriza a suspensão do processo pela convenção das partes.
26. O prazo para defesa, no Processo do Trabalho, é de:
- a) 20 minutos, em audiência;
- b) 5 dias, após a notificação (citação) do Reclamado;
- c) pelo menos de 20 dias, contados da notificação do Reclamado, nas Reclamações ajuizadas contra a Fazenda Pública;
- d) pelo menos 5 dias, contados da juntada aos autos do documento que comprove a citação do Reclamado.
27. Assinale a alternativa correta, sobre prova documental no Processo do Trabalho:
- a) a juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença;
- b) não é permitida, em hipótese alguma, juntada de documentos na fase recursal;
- c) todos os documentos juntados no processo devem ser submetidos ao contraditório, salvo se o juiz o dispensar, fundamentadamente;
- d) não é admissível o incidente de falsidade documental, considerando os princípios da simplicidade e da celeridade, que norteiam este ramo processual.
28. Está incorreta a assertiva:
- a) A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista;
- b) O momento para a parte alegar compensação ou retenção é o da defesa, como tal entendendo-se o da contestação;
- c) O termo de conciliação, na Justiça do Trabalho, equivale a uma sentença transitada em julgado, só podendo ser atacado por ação rescisória, salvo para o INSS, que pode discuti-lo por meio de recurso, quanto às contribuições previdenciárias;
- d) A reclamação trabalhista poderá ser escrita, verbal ou virtual.
29. Assinale a alternativa certa.
- A sentença que julga embargos de terceiro, na Justiça do Trabalho, é atacável através de:
- a) recurso ordinário;
- b) apelação;
- c) agravo de instrumento;
- d) agravo de petição.
30. Quando o dissídio coletivo ocorrer fora da sede do TRT e o presidente deste delegar competência ao Juiz Presidente da Vara, não havendo conciliação:
- a) O Juiz proferirá julgamento e remeterá o processo à autoridade delegante para reexame;
- b) O Juiz encaminhará o processo ao Tribunal, com exposição dos fatos, indicando a solução que lhe parecer conveniente;
- c) O Juiz remeterá o processo ao Presidente do Tribunal para nova tentativa de conciliação;
- d) O Juiz proferirá julgamento e remeterá o processo ao Tribunal para homologação da decisão.

Direito Processual do Trabalho

